

Lucio Picanço Facci

Doutorando e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Direito Público pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Procurador Federal.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
SEGURANÇA JURÍDICA**

**A tutela da confiança nas relações
jurídico-administrativas**

Sergio Antonio Fabris Editor
Porto Alegre / 2015

© Lucio Picanço Facci

CATALOGAÇÃO NA FONTE

F137a Facci, Lucio Picanço

Administração pública e segurança jurídica : a tutela da confiança nas relações jurídico-administrativa / Lucio Picanço Facci. – Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Ed., 2015.

168 p. : 15,5 x 22 cm.

ISBN 978-857525-639-8

1. Direito Administrativo : Aspectos Sociológicos : Brasil. 2. Contraditório : Direito Administrativo : Brasil. 3. Segurança Jurídica : Brasil. 4. Advocacia Pública : Brasil. 5. Poder Judiciário : Brasil. I. Título.

CDU – 342.9(81)

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Diagramação e Arte:

PENA – Composição e Arte
CNPJ 94618667/0001-04
Porto Alegre - RS

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial à
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR
Rua Riachuelo, 1238
CE 90010-273
Fone: (51) 3227-5435 (Geral)
email: fabriseditor@terra.com.br
www.fabriseditor.com.br
Porto Alegre - RS

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas.....	13
Apresentação	15
Prefácio	17
Introdução	23
Capítulo 1. Proibição de Comportamento Contraditório:	
Considerações Sócio-Jurídicas.....	27
1.1. Elementos para uma caracterização da modernidade à luz da teoria de Anthony Giddens	27
1.2. Confiança e modernidade	32
1.3. Confiança e instituições democráticas	35
1.4. O Direito positivo brasileiro e os fundamentos jurídicos do <i>nemo potest venire contra factum proprium</i>	37
1.5. Instrumentalização jurídica do <i>nemo potest venire contra factum proprium</i> : pressupostos gerais para a aplicação do princípio.....	42
Capítulo 2. Paradigmas do Direito Administrativo na Contemporaneidade	47
2.1. A redefinição dos paradigmas do Direito Administrativo	47
2.2. O cidadão-administrado como foco principal do Direito Administrativo brasileiro contemporâneo	55
2.3. Limites constitucionais à autotutela administrativa.....	56

2.3.1. A releitura das súmulas 346 e 473 do STF e os novos limites para a autotutela administrativa.....	57
2.3.2. Convalidação de atos administrativos ilegais	60
2.3.2.1. Prescrição no âmbito da Administração Pública.....	62
2.3.2.2. A teoria do fato consumado	68
Capítulo 3. Aplicação do Princípio de Proibição de Comportamento Contraditório no Âmbito da Administração Pública	71
3.1. Fundamentos de juridicidade da oponibilidade do princípio de proibição de comportamento contraditório ao Poder Público.....	71
3.2. Pressupostos específicos para a aplicação do princípio às relações jurídico-administrativas	82
3.3. Instrumentos de materialização do princípio na esfera da Administração Pública: as subteorias dos atos próprios e dos precedentes administrativos.....	85
Capítulo 4. Proteção da Confiança Legítima pela Atuação da Advocacia Pública	93
4.1. Advocacia Pública na contemporaneidade e seus instrumentos para o controle da coerência administrativa	94
4.2. Controle interno prévio: assessoramento jurídico para preservação da coerência administrativa	98
4.3. Controle interno ulterior: a conciliação no direito processual público	103
4.3.1. O modelo atual e o “em expectativa”	104
4.3.2. Conciliação pela Advocacia Pública: a experiência recente da Advocacia-Geral da União	110
Capítulo 5. Proteção da Confiança Legítima pelo Poder Judiciário. 113	
5.1. Ausência de lei expressa e a questão da “discricionariedade” judicial.....	113
5.1.1. Decisão judicial sob a ótica do positivismo jurídico	114
5.1.1.1. O caráter político da interpretação judicial na teoria pura do Direito de Hans Kelsen	115
5.1.1.2. “Discricionariedade” judicial no conceito de Direito de Herbert Hart.....	119
5.1.2. Decisão judicial e a teoria dos princípios	121

5.1.2.1. Para além do texto: a superação do modelo positivista na contemporaneidade	121
5.1.2.2. O papel do julgador na teoria do Direito de Ronald Dworkin.....	123
5.2. Controle jurisdicional da coerência administrativa e o problema da (in)sindicabilidade do mérito administrativo	132
5.2.1. Judicialização e litigiosidade das relações jurídico-administrativas	133
5.2.2. Inafastabilidade do controle jurisdicional vs. Discricionariedade administrativa.....	138
5.2.3. Repensando o problema a partir de uma concepção não normativa sobre ativismo judicial	144
5.2.4. Discricionariedade administrativa e a tutela jurisdicional da confiança legítima	148
Conclusão.....	153
Referências Bibliográficas.....	159